

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco S.A.

No segmento veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco S.A. linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 13.812 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 929 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

No semestre foram pagos Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, no montante de R\$ 640 milhões, conforme Ata de Reunião da Diretoria de 30.5.2018.

O Lucro Líquido apurado no semestre foi no montante de R\$ 737.256 milhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 10.371.370 milhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 25 de julho de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			PASSIVO		
	2018	2017		2018	2017
ATIVO			CIRCULANTE		
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	17.945.163	20.099.594	DEPÓSITOS (Nota 14a)	14.829.290	15.595.636
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	2.936.815	5.156.091	Depósitos Interfinanceiros	13.672.709	14.210.393
Aplicações no Mercado Aberto	136.121	193.769	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1	47
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	2.800.694	4.962.322	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	47
Carteira Própria	104.754	95.894	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	67.391	104.494
Vinculados à Prestação de Garantias	12.279	11.406	Recursos em Trânsito de Terceiros	67.391	104.494
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	92.475	84.488	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.089.189	1.280.702
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	17.966	51.233	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.037	14.411
Créditos Vinculados (Nota 7)	4	11	Sociais e Estatutárias	-	4.228
Correspondentes	17.982	20.785	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	196.795	327.568
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	13.181.100	12.966.284	Diversas (Nota 16b)	879.357	934.495
Operações de Crédito - Setor Privado	13.669.055	13.584.840			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(487.955)	(618.556)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	18.829.038	17.880.036
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(847)	(2.207)	DEPÓSITOS (Nota 14a)	17.639.158	16.692.247
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	11.850	14.366	Depósitos Interfinanceiros	17.639.158	16.692.247
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(11.534)	(14.228)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.189.880	1.187.789
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(1.163)	(2.345)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	499.502	459.162
OUTROS CRÉDITOS	1.572.977	1.614.033	Diversas (Nota 16b)	690.378	728.627
Rendas a Receber	3	27			
Diversos (Nota 9)	1.572.974	1.614.006	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	249.057	305.136
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	132.219	218.181	Receitas de Exercícios Futuros	249.057	305.136
Outros Valores e Bens	164.153	186.003			
Despesas Antecipadas	(79.336)	(92.430)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	10.371.370	10.300.277
Despesas Antecipadas	47.402	124.528	Capital:		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	23.864.500	22.365.398	- De Domiciliados no País	7.010.000	7.010.000
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	2.342.697	2.285.180	Reservas de Lucros	3.365.995	3.291.611
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.342.697	2.285.180	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.625)	(1.334)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	218	218			
Carteira Própria	218	218	TOTAL	44.278.755	44.081.085
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	16.560.966	15.358.320			
Operações de Crédito - Setor Privado	16.853.889	15.707.597			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(292.923)	(349.277)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(602)	(1.474)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	11.264	7.161			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(11.113)	(6.885)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(1.753)	(1.750)			
OUTROS CRÉDITOS	4.908.109	4.572.691			
Diversos (Nota 9)	4.908.109	4.572.691			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	53.112	150.463			
Despesas Antecipadas	53.112	150.463			
PERMANENTE	2.469.092	1.616.093			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	2.266.419	1.354.218			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	2.262.735	1.350.637			
- No Exterior	523	424			
Outros Investimentos	12.816	12.769			
Provisões para Perdas	(9.655)	(9.612)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	12.642	15.808			
Outras Imobilizações de Uso	26.712	26.200			
Depreciações Acumuladas	(14.070)	(10.392)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8j)	150.061	202.841			
Bens Arrendados	154.398	219.457			
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(4.337)	(16.616)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	39.970	43.226			
Ativos Intangíveis	111.642	106.451			
Amortizações Acumuladas	(71.672)	(63.225)			
TOTAL	44.278.755	44.081.085			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.644.946	4.023.186
Operações de Crédito (Nota 8h)	3.323.465	3.423.814
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8h)	60.856	88.687
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	260.625	510.685
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.985.195)	(2.338.291)
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	(1.697.749)	(1.985.962)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8h)	(52.807)	(76.711)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 8f)	(234.639)	(275.618)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.659.751	1.684.895
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(805.374)	(958.774)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	151.667	107.736
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(140.010)	(138.139)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(272.487)	(281.764)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(98.329)	(98.821)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	14.074	5.681
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	163.320	217.368
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(623.609)	(770.835)
RESULTADO OPERACIONAL	854.377	726.121
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(25.528)	(25.900)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	828.849	700.221
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	(91.593)	(255.132)
Provisão para Imposto de Renda	(134.128)	(126.891)
Provisão para Contribuição Social	(175.949)	(168.297)
Ativo Fiscal Diferido	218.484	128.056
LUCRO LÍQUIDO	737.256	445.089
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	29,81	18,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	828.849	700.221
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos:		
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	234.639	275.618
Depreciações e Amortizações	28.414	32.668
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	115.147	54.735
Constituições (Reversões) de Provisões para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	21.451	(8.004)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(14.074)	(5.681)
Insuficiência de Depreciação	27.187	48.922
Provisão para Perdas com Prestamistas	96.720	122.956
Variação Cambial de Ativos no Exterior	(72)	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos impostos	1.336.261	1.221.435
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.072.023	3.381.068
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.369)	(4.897)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(30.910)	(24.479)
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	17.070	(3.974)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(823.887)	(318.414)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(102.195)	29.293
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(21.553)	(11.746)
Aumento/(Redução) em Depósitos	412.454	(1.801.374)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(423.749)	(222.006)
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(36.341)	(20.334)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(130.865)	(79.891)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	1.264.939	2.144.681
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Imobilizado de Uso	5	18
Aquisição de Imobilizado de Uso	(591)	(1.200)
Aquisição de Intangível	(5.139)	(8.626)
Aumento de Capital em Investida	-	(1.000.000)
Dividendos Recebidos	3	67
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(5.722)	(1.009.741)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.139.000)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(1.139.000)	-
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	120.217	1.134.940
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	221.525	165.972
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	341.742	1.300.912
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	120.217	1.134.940

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), é uma Instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial, de arrendamento mercantil e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Bradesco Financiamentos evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de julho de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/B4, do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;

• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2016	7.010.000	687.777	2.162.973	-	-	9.860.750
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.334)	-	(1.334)
Lucro Líquido	-	-	-	-	445.089	445.089
Destinações: - Reservas	-	22.255	418.606	-	(440.861)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(4.228)	(4.228)
Saldos em 30.6.2017	7.010.000	710.032	2.581.579	(1.334)	-	10.300.277
Saldos em 31.12.2017	7.010.000	743.677	2.525.062	(1.784)	-	10.276.955
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(2.841)	-	(2.841)
Lucro Líquido	-	-	-	-	737.256	737.256

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

m) Depósitos
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Receitas de exercícios futuros
Representam os valores das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamentos aos quais se referem.

p) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.
São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional.....	59	-
Aplicações em ouro.....	100	85
Total de disponibilidades (caixa).....	159	85
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	341.583	1.300.827
Total caixa e equivalentes de caixa.....	341.742	1.300.912

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
					2018	2017
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
- Letras do tesouro nacional.....	-	-	-	-	-	193.769
- Notas do tesouro nacional.....	136.121	-	-	-	136.121	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
- Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	279.980	1.807.253	713.461	2.342.697	5.143.391	7.247.502
Total em 2018.....	416.101	1.807.253	713.461	2.342.697	5.279.512	100,0
%.....	7,9	34,2	13,5	44,4		
Total em 2017.....	1.483.541	2.801.385	871.165	2.285.180	7.441.271	100,0
%.....	19,9	37,7	11,7	30,7		

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - posição bancada.....	10.869	13.100
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros.....	246.581	492.387
Total (Nota 6e).....	257.450	505.487

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por emissor

	Em 30 de junho - R\$ mil							
	1 a 30 dias	31 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos								
Títulos públicos	-	173	92.389	92.562	92.577	(15)	84.488	(49)
Letras financeiras do tesouro.....	-	173	92.389	92.562	92.577	(15)	84.488	(49)
Títulos privados	12.192	-	218	12.410	12.410	-	11.624	-
Cotas de fundos de investimentos renda fixa.....	12.192	-	-	12.192	12.192	-	11.406	-
Outros.....	-	-	218	-	-	-	218	-
Total em 2018.....	12.192	173	92.607	104.972	104.987	(15)	96.112	(49)
Total em 2017.....	11.406	3.327	81.379	-	-	-	-	-

Operações de crédito

	Curso anormal										Total		Total geral	
	Parcelas vencidas					Total					2018		2017	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018		2017		2018		2017	
							(C)	%	(C)	%	(A+B+C)	%	(A+B+C)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	17.969	17.242	16.498	44.979	75.631	241.526	413.845	26,1	481.206	27,4	12.613.205	41,2	13.940.985	47,5
Financiamentos.....	72.083	65.241	64.421	179.515	285.027	501.928	1.168.215	73,8	1.273.994	72,5	17.908.739	58,6	15.351.452	52,3
Subtotal.....	90.052	82.483	80.919	224.494	360.658	743.454	1.582.060	99,9	1.755.200	99,9	30.522.944	99,8	29.292.437	99,8
Operações de arrendamento mercantil.....	126	100	94	172	147	157	796	0,1	2.966	0,1	63.707	0,2	60.588	0,2
Total das operações de crédito.....	90.178	82.583	81.013	224.666	360.805	743.611	1.582.856	100,0	1.758.166	100,0	30.586.651	100,0	29.353.025	100,0
Avais e fianças (1).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.196	-	1.309	-
Total em 2018.....	90.178	82.583	81.013	224.666	360.805	743.611	1.582.856				100,0		29.353.025	
Total em 2017.....	100.398	91.819	90.670	255.325	420.170	799.784			1.758.166	100,0	30.587.847	100,0	29.354.334	100,0

(1) Registrados em contas de compensação.

b) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco										2018		2017	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
Empréstimos e títulos descontados.....	3.373	12.109.402	111.330	94.230	56.438	46.750	41.153	28.939	121.590	12.613.205	41,2	13.940.985	47,5	
Financiamentos.....	15.439.223	721.359	511.638	179.896	179.896	95.746	65.703	46.991	269.908	17.909.739	58,6	15.351.452	52,3	
Subtotal.....	15.442.596	12.830.761	605.868	224.494	360.658	142.496	106.856	75.930	391.498	30.522.944	99,8	29.292.437	99,8	
Operações de arrendamento mercantil.....	28.904	13.988	14.847	3.567	1.187	195	193	75	751	63.707	0,2	60.588	0,2	
Total em 2018.....	15.471.500	12.844.749	705.452	609.435	237.521	142.691	107.049	76.005	392.249	30.586.651	100,0	29.353.025	100,0	
%.....	50,6	42,0	2,3	2,0	0,8	0,5	0,3	0,2	1,3					
Total em 2017.....	12.816.925	14.078.765	624.950	669.661	256.759	148.006	118.928	88.764	550.267	29.353.025	100,0	29.353.025	100,0	
%.....	43,7	48,0	2,1	2,3	0,9	0,5	0,4	0,3	1,9					

c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Curso normal				Carteira				Provisão			
	Curso normal		Curso anormal		Total		%		2018		2017	
	Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas
Nível de risco												
AA.....	-	15.471.500	-	15.471.500	50,6	-	-	-	5.808	0,7	-	-
A.....	0,5	12.844.749	-	12.844.749	42,0	-	-	-	1.142	8,4	74.890	7,7
B.....	1,0	208.856	496.596	705.452	2,3	323	4.643	2.089	670	7,225	1,0	6.562
C.....	3,0	115.120	494.315	609.435	2,0	1.791	13.039	3.453	904	19.187	2,5	20.800
Subtotal.....	4,5	28.640.225	990.911	29.631.136	96,9	2.114	17.682	69.766	8.524	98.086	12,5	102.252
D.....	10,0	16.156	221.365	237.521	0,8	3.745	18.392	1.615	4.161	27.913	3,6	28.701
E.....	30,0	6.818	135.873	142.691	0,5	8.593	32.169	2.045	38.871	81.678	10,4	83.323
F.....	50,0	899	106.150	107.049	0,3	12.918	40.158	449	53.395	106.920	13,7	118.829
G.....	70,0	646	37.359	38.005	0,1	14.866	37.885	452	22.744	75.947	9,7	88.556
H.....	100,0	8.954	383.295	392.249	1,2	124.923	258.373	8.954	-	392.250	50,1	550.267
Subtotal.....	33,473	922.042	955.515	1.912.953	3,1	165.045	386.977	13.515	119.171	684.708	87,5	869.676
Total em 2018.....	28.673.698	1.912.953	30.586.651	100,0	167.159	404.859	83.281	127.695	782.794	100,0		
%.....	93,7	9,7	100,0		21,4	51,7	10,6	16,3	100,0			
Total em 2017.....	27.205.597	2.147.428	29.353.025	100,0	215.764	521.219	101.694	133.251	13,7			971.928
%.....	92,7	7,3			22,2	53,6	10,5	13,7				100,0

d) Concentração das operações de crédito

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2018	% (1)	2017	% (1)
Maior devedor.....	14.728	2,0	8.011	-
Dez maiores devedores.....	83.941	11,3	50.256	0,2
Vinte maiores devedores.....	131.527	17,8	75.055	0,3
Cinquenta maiores devedores.....	215.855	29,2	129.032	0,4
Cem maiores devedores.....	294.230	39,7	186.513	0,6

e) Setor de atividade econômica

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2018	%	2017	%
Setor Privado.....	30.586.651	100,0	29.353.025	100,0
Indústria.....	195.281	0,6	96.943	0,3
Serviços.....	1.170.972	3,8	682.333	2,3
Comércio.....	639.826	2,1	373.093	1,3
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal.....	28.371	0,1	15.969	0,1
Pessoa físicas.....	28.552.201	93,4	28.184.687	96,0
Total.....	30.586.651	100,0	29.353.025	100,0

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Saldo inicial em 31 de dezembro.....	881.718	1.088.451
Constituição líquida de reversão.....	234.639	275.618
Baixas para prejuízo.....	(333.563)	(392.141)
Saldo final em 30 de junho.....	782.794	971.928
- Provisão específica (1).....	571.818	736.983
- Provisão genérica (2).....	83.281	101.694
- Provisão ex		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Investimentos por incentivos fiscais	12.263	12.216
Outros investimentos	553	553
Subtotal	12.816	12.769
Provisão para perdas	(9.655)	(9.612)
Total	3.161	3.157

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Em 30 de junho - R\$ mil	
			Depreciação	Custo líquido de depreciação
			2018	2017
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	16.938	(7.684)	9.254
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.703	(655)	1.048
Sistemas de processamento de dados	20%	8.071	(5.731)	2.340
Total em 2018		26.712	(14.070)	12.642
Total em 2017		26.200	(10.392)	15.808

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por *software* e respectivos gastos com desenvolvimento, com taxa de amortização anual de 20%. Em 30 de junho de 2018 apresentava o valor do custo líquido de amortização de R\$ 39.970 mil (2017 - R\$ 43.226 mil).

14) DEPÓSITOS

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
	2018	2017	2018	2017	2018
Depósitos interfinanceiros	1.355.541	6.086.745	6.230.423	17.639.158	31.311.867
Total em 2018	1.355.541	6.086.745	6.230.423	17.639.158	31.311.867
%	4,3	19,5	19,9	56,3	100,0
Total em 2017	1.374.610	6.514.076	6.321.706	16.692.247	30.902.640
%	4,4	21,1	20,5	54,00	100,0

b) Despesas de captação

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Depósitos interfinanceiros	1.697.749	1.985.962
Total	1.697.749	1.985.962

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

- PIS e COFINS - R\$ 428.141 mil (2017 - R\$ 409.559 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento; e
- IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 155.420 mil (2017 - R\$ 235.391 mil): Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo no início do 1º semestre de 2018	40.398	202.245	577.827
Atualização monetária	2.518	12.463	10.768
Constituições líquidas de reversões	12.520	76.878	-
Pagamentos	(1.856)	(72.621)	-
Saldo no final do semestre de 2018 (Nota 16)	53.580	218.965	588.595
Saldo no final do semestre de 2017 (Nota 16)	39.382	175.461	649.473

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Bradesco Financiamentos são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são: a) Atuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 432.075 mil (2017 - R\$ 407.436 mil); b) Atuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 471.401 mil (2017 - R\$ 452.758); c) Atuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 203.774 mil (2017 - R\$ 127.605 mil).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 26c)	505.948	470.548
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	164.605	268.630
Impostos e contribuições a recolher	25.744	47.552
Total	696.297	786.730

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Provisões fiscais (Nota 15b IV)	588.595	649.473
Provisão para perdas com prestamistas	427.854	449.982
Cretores por antecipação de valor residual (Nota 8i)	86.820	142.667
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 15b IV)	272.545	214.843
Cretores diversos	96.628	113.083
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	84.801	82.801
Outras provisões	12.492	10.273
Total	1.569.735	1.663.122

(1) Inclui despesas de pessoal e administrativas.

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 7.010.000 mil (2017 - R\$ 7.010.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas - escriturais, sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Reservas de lucros	3.365.995	3.291.611
- Reserva legal (1)	710.032	710.032
- Reserva estatutária (2)	2.585.455	2.581.579

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2018	2017
Lucro líquido	737.256	445.089
- Reserva legal - 5% sobre o lucro	(36.863)	(22.255)
Base de cálculo	700.393	422.834
Dividendos (1)	-	4.228
Juros sobre capital próprio (2)	640.000	-
Imposto de renda retido na fonte	(96.000)	-
Valor líquido a pagar	544.000	4.228
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	77,7%	1%
Valor em Reais por lote de mil ações	22,00	0,17

- (1) Em 2018 não houve distribuição de dividendos, devido aos juros sobre capital próprio ter sido superior ao mínimo obrigatório; e
- (2) Em 28 de junho de 2018, foi pago juros sobre o capital próprio líquido dos impostos retidos na fonte, no valor de R\$ 1.139.000 mil, conforme deliberado em Ata de Reunião da Diretoria realizada em 30 de maio de 2018 no valor de R\$ 640.000 mil e em 22 de dezembro de 2017 de R\$ 700.000 mil.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Tarifa de cadastro	98.690	66.368
Taxa de avaliação/substituição de bem	52.857	41.225
Outras	120	143
Total	151.667	107.736

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Proventos	62.167	65.934
Benefícios	27.697	29.164
Encargos sociais	21.769	23.109
Participação dos empregados nos lucros	12.900	14.656
Provisões trabalhistas	15.053	4.444
Treinamento	424	832
Total	140.010	138.139

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Serviços de terceiros	141.335	136.233
Processamento de dados	50.831	54.607
Custas de processo de cobrança	28.985	29.739
Depreciações e amortizações	9.651	10.272
Comunicações	8.650	9.692
Propaganda, promoções e publicidade	6.105	4.245
Emolumentos judiciais	5.685	5.795
Transportes	5.548	6.875
Serviços do sistema financeiro	4.445	10.986
Viagens	1.142	1.746
Aluguéis	991	1.302
Manutenção e conservação de bens	581	589
Outras	8.538	10.683
Total	272.487	281.764

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Contribuição à COFINS	80.180	80.345
Contribuição ao PIS	13.029	13.056
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.239	1.409
Outras	1.881	4.011
Total	98.329	98.821

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Atualizações monetárias ativas	92.188	151.347
Reversão de provisões fiscais	-	22.336
Recuperação do encargo e despesas	18.320	13.969
Rendias de portabilidade	27.739	15.126
Reversão de provisões operacionais	18.430	9.027
Reversão de provisão trabalhista	15	1.616
Outras	6.628	3.947
Total	163.320	217.368

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Comissões e serviços de intermediação de crédito	304.831	400.170
Provisão para perdas com prestamistas	96.720	122.956
Provisões cíveis	89.341	94.902
Busca e apreensão de veículos	20.487	36.365
Atualizações monetárias passivas	11.156	23.976
Perdas por fraudes em operações de consignado	11.969	13.709
Descontos concedidos	41.515	52.971
Outras	47.590	25.786
Total	623.609	770.835

24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Resultado na alienação de valores e bens	(4.077)	(1.780)
Constituição/Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	(21.451)	(24.120)
Total	(25.528)	(25.900)

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) e empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as práticas praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Controlador		Coligadas e Controladas	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Aplicações no mercado aberto	136.121	193.769	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.143.391	7.247.502	-	-
Dividendos a receber	-	-	1	27
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	31.311.867	30.902.640	-	-
Dividendos a pagar	-	4.228	-	-

	Controlador		Coligadas e Controladas	
	2018	2017	2018	2017
Receita de intermediação financeira	257.540	505.487	-	-
Despesa de intermediação financeira	(1.697.749)	(1.985.962)	-	-
Outras despesas	(101)	(156)	-	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente a Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e alguns de seus administradores são remuner



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

inicialmente os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos (provisão excedente). A classificação das operações de crédito em níveis de risco bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos da Instituição, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nós avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a sua respectiva classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se a Instituição atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3f. e 8.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a estimativa da Instituição para a provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

• Provisões e passivos contingentes - fiscais, cíveis e trabalhistas - Controladora e Investidas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3n. e 15, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo total de provisão registrado nas demonstrações contábeis monta R\$ 588.595 mil, R\$ 218.965 mil e R\$ 53.580 mil, respectivamente. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil tem grau de complexidade elevado e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativas a processos, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer o julgamento profissional da Instituição. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes e, ao valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial na controladora, que também possui provisões e passivos contingentes das controladas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Instituição, bem como dados e informações históricas. Este trabalho incluiu o envolvimento de nossos especialistas jurídicos na avaliação da probabilidade de perda e da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais envolvendo a Instituição. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais assuntos fiscais em que a Instituição está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a estimativa da Instituição para as provisões e passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

• Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

A Instituição possui uma estrutura tecnológica bem como plano de investimentos em tecnologia para condução de seus negócios. O ambiente de tecnologia possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e/ou com componentes automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Instituição fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e dentro da sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente são importantes para assegurar que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma apropriada e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis. Em função do elevado nível de investimentos, da elevada dependência da Instituição em seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso sobre o gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

O desenho e a efetividade operacional dos controles de acesso, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de monitoramento periódico dos usuários ativos, foram testados, com base em amostragem, com auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis. Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controle sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos. Adicionalmente, quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, o desenho e a efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 16 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2